



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Sérgio Santo da Rosa - 23201486

Alana Dutra Maciel - 23202538

Marcos Vinicius Lopes Rosa - 25150054

Rodolfo Fontanela Crotti - 24200836

Análise da Microrregião de São Miguel do Oeste

Florianópolis

2025

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Localização e composição da Microrregião.....	4
3. Formação Histórica e Evolução da Microrregião.....	5
3.1. O Processo de Colonização e Imigração.....	5
3.2. Base Agrária e Ocupação do Espaço.....	6
3.3 Polarização e Consolidação Regional.....	6
4. Evolução da estrutura demográfica.....	7
5. Evolução econômica da microrregião.....	9
5.1. Evolução do Emprego.....	12
5.2. Evolução das Exportações.....	14
5.3. Evolução das Importações.....	16
6. Contexto Social.....	17
6.1. Análise dos Indicadores Sociais da Microrregião de São Miguel do Oeste.....	17
6.2. Análise dos Indicadores de Saúde da Microrregião de São Miguel do Oeste....	19
6.3. Análise dos Indicadores de Saneamento Básico da Microrregião de São Miguel do Oeste.....	21
7. As Assimetrias do Desenvolvimento: Gargalos Estruturais e a Crítica ao Planejamento na Microrregião de São Miguel do Oeste.....	23
8. Conclusão.....	24
9. Referências Bibliográficas.....	25
10. Apêndices.....	27

1. Introdução

A Microrregião de São Miguel do Oeste (MR-SMO), situada no Extremo Oeste catarinense, ocupa um papel estratégico na dinâmica socioeconômica do Estado de Santa Catarina. Caracterizada por uma economia fortemente diversificada, com destaque para a agroindústria, o comércio regional e os serviços urbanos. A região apresenta um modelo de desenvolvimento marcado pela presença de pequenas e médias empresas, pela integração com o agronegócio e por uma base social fortemente associativa. Compreender suas especificidades históricas, estruturais e conjunturais é fundamental para avaliar os desafios contemporâneos do interior catarinense diante da reconfiguração das cadeias produtivas e das desigualdades territoriais no país.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo central analisar a Microrregião de São Miguel do Oeste sob uma perspectiva econômico-social integrada, abordando sua formação histórica, dinâmica demográfica, estrutura produtiva e contexto social. A relevância do estudo reside na necessidade de produzir um diagnóstico regional consistente, capaz de subsidiar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que promovam maior equilíbrio territorial e aproveitamento das potencialidades locais.

A análise está organizada em oito tópicos principais, conforme as orientações da disciplina CNM 7358 – Economia Catarinense. Inicialmente, apresenta-se a localização e a composição municipal da MR-SMO, seguidas de uma síntese de sua trajetória histórica e ocupacional. Na sequência, investigam-se as transformações demográficas e a estrutura produtiva, com ênfase na evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e do mercado de trabalho. O contexto social é explorado a partir de indicadores de saúde, educação, saneamento básico e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por fim, são discutidas as perspectivas econômicas e sociais da microrregião, antecedendo as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. Localização e composição da Microrregião

Figura 1. Mapa da mesorregião oeste de Santa Catarina e divisão microrregional



Fonte: IBGE. Organização: Jairo Jacó Hansen e Lucas Ricardo Hoenig (2021)

A Microrregião de São Miguel do Oeste (MR-SMO) está inserida no contexto geográfico do Oeste Catarinense, mais especificamente no Extremo Oeste do estado de Santa Catarina. Sua posição é estratégica, estabelecendo uma importante faixa de fronteira internacional com a República Argentina. A MR-SMO, com uma extensão territorial de aproximadamente 4.252,01 km², é uma das divisões geográficas que historicamente compuseram a Mesorregião do Oeste Catarinense. Conforme ilustrado na Figura 1, a MR-SMO se posiciona no limite oeste do estado, conferindo-lhe um papel de polaridade regional junto à tríplice fronteira. A área caracteriza-se por uma densidade demográfica de aproximadamente 41,51 habitantes/km², com uma população total de cerca de 185.175 habitantes (Censo, 2022), o que reflete a predominância de municípios de porte médio e pequeno.

A Microrregião de São Miguel do Oeste é composta por 21 municípios, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que corresponde a uma parcela significativa dos municípios da mesorregião. Estes municípios formam uma unidade coesa que compartilha processos históricos de colonização, predominantemente por imigrantes de origem italiana e alemã, e uma matriz econômica assentada na agropecuária.

A composição da Microrregião abrange os seguintes municípios: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

Dentre esses, o município de São Miguel do Oeste se destaca como o principal município de referência e centro polarizador. Sua relevância é conferida pelo título de Capital do Extremo Oeste Catarinense, concentrando importantes instituições e serviços nas áreas de saúde, segurança e educação. Como sede da microrregião, atua como um polo econômico e de serviços, atraindo população e investimentos dos municípios vizinhos. Outros municípios, como Dionísio Cerqueira (devido à sua posição de fronteira) e Itapiranga (devido à sua relevância econômica e histórica), também exercem influência regional considerável, sendo importantes centros de apoio para o estudo da dinâmica microrregional.

3. Formação Histórica e Evolução da Microrregião

A história da Microrregião de São Miguel do Oeste está ligada ao processo de ocupação do Extremo Oeste Catarinense, que se deu de forma intensa a partir de meados do século XX, seguindo um padrão migratório bem definido.

3.1. O Processo de Colonização e Imigração

A ocupação foi impulsionada, em grande medida, pela expansão da fronteira agrícola e pela necessidade de novas terras, especialmente por colonos do Rio Grande do Sul. Estes migrantes, descendentes em sua maioria de imigrantes europeus, como italianos e alemães, estabeleceram-se na região, replicando modelos de produção e organização social (HANSEN; HOENIG, 2021). Embora em menor número, a presença de outros grupos, como russos (na cidade de Riqueza) e poloneses também contribuiu para a diversidade cultural da área.

Essa migração gaúcha para o Extremo Oeste Catarinense, que se intensificou após a década de 1940, foi fundamental para o desenvolvimento e a emancipação dos municípios que hoje compõem a microrregião. A fundação de São Miguel do Oeste (marcada em 1940, com a emancipação em 1954) e seu desenvolvimento consolidaram a cidade como um polo regional.

3.2. Base Agrária e Ocupação do Espaço

A estrutura fundiária inicial e o desenvolvimento econômico da microrregião foram moldados pela exploração dos recursos naturais, notadamente as florestas de araucárias. O ciclo da madeira foi um dos primeiros vetores econômicos, abrindo caminho para o estabelecimento definitivo da agropecuária como atividade principal e predominante. Além da riqueza de madeiras nobres comercializadas nos primeiros anos, destacavam-se como potenciais e importantes fontes de renda, a erva-mate, bem como os excedentes produzidos nas colônias: feijão, banha e fumo. Portanto, quanto mais famílias se instalavam nessas áreas desmatadas, maior era o desenvolvimento local e regional. Durante essa fase histórica, assim era a personalidade e os objetivos dos diferentes personagens desse legado: as empresas colonizadoras tinham uma visão econômica e lucrativa; o Governo Estadual primava pelo desenvolvimento da região e sua integração ao território catarinense; e os migrantes a compra de lotes (BAVARESCO, 2005).

A terra, que de início foi palco de pressão sobre os recursos florestais, rapidamente se transformou no motor da economia regional, caracterizada pela agricultura familiar. A necessidade de expansão produtiva e a chegada contínua de novas famílias do Rio Grande do Sul levaram a um período de grande expansão territorial e demográfica. Tal crescimento foi mais notável na década de 1970, quando São Miguel do Oeste recebeu inúmeras famílias, moldando a configuração espacial e urbana da região.

3.3 Polarização e Consolidação Regional

A evolução histórica da Microrregião resultou na consolidação de São Miguel do Oeste como o principal centro urbano e de serviços. A cidade passou a polarizar órgãos e instituições essenciais (saúde, segurança e educação), solidificando seu papel como capital do Extremo Oeste Catarinense.

Dessa forma, a história da microrregião é a história da transformação de uma área de colonização tardia, baseada na exploração de recursos florestais, para uma região marcada pela agroindústria, pela agricultura familiar e por uma alta qualidade de vida, que será detalhada nos próximos tópicos sobre demografia e economia.

4. Evolução da estrutura demográfica

Os dados agregados dos 21 municípios nos Censos de 2000, 2010 e 2022 do IBGE mostram uma clara tendência de crescimento populacional, aceleração da urbanização e envelhecimento da população, características que espelham as mudanças demográficas do Brasil, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Evolução Demográfica

	População (2000)	População (2010)	População (2022)
População Total	171.160	174.732	185.175
População Urbana	81.664	101.195	123.099
População Rural	89.496	73.537	62.076
Homens	86.419	88.113	92.822
Mulheres	84.741	86.619	92.353
População de 0 a 14 anos	50.439	36.800	33.208
População de 15 a 59 anos (P15-59)	104.785	114.910	114.806
População de 60 anos ou mais (Idosos)	15.935	23.022	37.161

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A população total do conjunto de municípios cresceu de forma constante, ganhando mais de 14 mil habitantes em 22 anos. No entanto, o maior crescimento absoluto e percentual ocorreu entre 2010 e 2022, indicando uma aceleração no ritmo de expansão demográfica na última década.

A maior transformação observada é a inversão e o aprofundamento do padrão de residência, com a migração da maioria da população para as áreas urbanas. Em 2000 a população rural (89.496) era maior que a urbana (81.664); em 2010 a população urbana já havia se tornado maior (101.195) que a rural (73.537). Em 2022 o hiato aumentou de maneira ainda significativa, consolidando o caráter urbano da região. A população urbana representa agora a vasta maioria (123.099), enquanto a população rural encolheu para pouco mais de 62 mil pessoas, uma redução de aproximadamente 30% em relação a 2000. Para Alves e Mattei (2006), o êxodo rural é o principal responsável pelo movimento populacional.

Havia uma leve predominância de homens observada em 2000 que persistiu em 2010. No entanto, em 2022, a diferença entre os sexos foi praticamente anulada (92.822 homens vs. 92.353 mulheres), aproximando-se de um equilíbrio quase perfeito. O aumento da população feminina é frequentemente associado à maior longevidade e à urbanização, sendo um ponto a ser notado.

A estrutura etária mostra a mudança mais profunda na sociedade, caracterizada pelo envelhecimento acelerado e pela redução da base da pirâmide. O grupo etário mais jovem sofreu uma redução drástica e contínua (mais de 17 mil a menos em 22 anos), refletindo a

queda acentuada na taxa de natalidade. A população adulta cresceu entre 2000 e 2010, mas estagnou ou diminuiu ligeiramente entre 2010 e 2022. Isso sugere que o "bônus demográfico" (período de maior proporção de PEA) pode estar se esgotando. O grupo etário de Idosos (60+) mais que dobrou em 22 anos, passando de 15.935 para 37.161. O aumento de mais de 21 mil idosos é o maior crescimento absoluto entre todos os grupos, indicando um processo de envelhecimento populacional acelerado. Em 2022, o número de idosos (37.161) está perigosamente próximo do número de jovens (33.208), sinalizando o fim do período de maior folga demográfica e a iminente necessidade de políticas focadas em produtividade e inclusão de idosos no mercado.

Tabela 2 - Densidade Demográfica

Censo	População Total	Densidade Demográfica (hab/km²)
2000	171.160	38,69
2010	174.732	39,34
2022	185.175	41,51

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A densidade demográfica total da região apresentou um aumento contínuo e constante ao longo dos 22 anos, passando de 38,69 hab/km² em 2000 para 41,51 hab/km² em 2022.

Tabela 3 - Densidade Demográfica - Municípios de destaque

Município	Densidade 2000	Densidade 2010	Densidade 2022	Variação (2000-2022)
São Miguel do Oeste	138,24	155,27	189,28	36,92%
Itapiranga	49,68	54,68	59,05	18,86%
São José do Cedro	48,72	48,74	50,46	3,57%
Barra Bonita	22,79	20,21	18,02	-20,93%
Palma Sola	24,8	23,47	22,98	-7,34%

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

São Miguel do Oeste é o grande polo de concentração demográfica. Sua densidade de 189,28 hab/km² em 2022 é três vezes maior que o segundo colocado (Itapiranga), indicando uma intensa urbanização em uma área relativamente pequena (233,83 km²). O aumento de mais de 36 pontos percentuais em 22 anos é o mais expressivo da região.

Municípios como Barra Bonita e Palma Sola apresentam as menores densidades, todas abaixo de 23 hab/km² em 2022, indicando que a população é muito mais dispersa ou que a área territorial é grande em relação ao seu número de habitantes.

A análise da densidade demográfica reforça a conclusão sobre a urbanização e as dinâmicas migratórias da região. A maior parte do crescimento populacional está sendo

absorvida pelos municípios mais densos (especialmente São Miguel do Oeste e Itapiranga), intensificando o processo de polarização e centralização de serviços. A queda na densidade em municípios como Romelândia e Barra Bonita está diretamente ligada à saída da população rural (como visto no comparativo anterior) e à consequente estagnação ou diminuição da população total.

No geral, a região mantém uma densidade demográfica moderada (41,51 hab/km² em 2022), típica de áreas em transição que ainda possuem vastos espaços rurais, mas que estão cada vez mais dependentes de seus centros urbanos mais densos.

5. Evolução econômica da microrregião

Os dados do PIB dos 21 municípios em 2002, 2010 e 2021 revelam um crescimento econômico robusto e uma clara mudança na estrutura produtiva, com a consolidação dos setores da Indústria e Serviços. Conforme as tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - Crescimento do PIB Total

Censo	PIB Total (mil R\$)	PIB Per Capita (R\$)
2002	2.367.507	13.832,13
2010	3.149.040	18.022,11
2021	4.105.649	22.171,72

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O PIB Total da região cresceu significativamente, mais que dobrando em valor nominal (aumento de 73,4% entre 2002 e 2021). Este crescimento superou o aumento populacional, indicando um desenvolvimento econômico real na região. O PIB Per Capita (que pode ser usado como indicador de riqueza média) também apresentou um crescimento contínuo e expressivo, passando de R\$13.832,13 em 2002 para R\$22.171,72 em 2021. Este aumento, combinado ao crescimento populacional, reforça o dinamismo econômico da região.

A cidade de Mondaí destaca-se consistentemente com o maior PIB Per Capita em 2021 (R\$50.507,45), indicando uma concentração de riqueza por habitante, provavelmente impulsionada por uma indústria e agropecuária de alto valor agregado. Belmonte e Barra Bonita figuram entre os menores PIBs Per Capita, sugerindo menor geração de riqueza média por pessoa.

A composição do PIB revela uma mudança estrutural na base econômica da região, com a Indústria e Serviços ganhando peso em detrimento da Agropecuária.

Tabela 5 - Composição do PIB

Setor	PIB 2002 (mil R\$)	PIB 2010 (mil R\$)	PIB 2021 (mil R\$)	Variação 2002-2021
Agropecuária	608.841,07	557.494,00	800.625,38	31,50%
Indústria	436.104,32	660.079,00	904.937,67	107,50%
Serviços	344.333,74	454.863,00	491.799,22	42,83%

Nota: Os valores setoriais não somam o total do PIB, pois o PIB total inclui impostos e outros componentes não desagregados nos setores. Entretanto, a comparação da tendência é válida.

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O setor agropecuário teve uma oscilação negativa de 2002 para 2010, mas recuperou e superou os valores de 2002 em 2021 (atingindo R\$800 milhões). A agropecuária continua sendo uma base sólida da economia da região, mas perdeu peso relativo no PIB total, indicando que a diversificação econômica cresceu mais rapidamente. Guaraciaba e Itapiranga são exemplos de municípios com Agropecuária muito forte em 2021.

O setor industrial foi o que apresentou maior crescimento percentual na região, mais que dobrando de valor de 2002 (R\$436 milhões) para 2021 (R\$904 milhões). Esse crescimento reflete um processo de industrialização e agregação de valor à produção primária (principalmente no setor de alimentos). São Miguel do Oeste (R\$247 milhões) e Mondaí (R\$249 milhões) são os maiores polos industriais em 2021, demonstrando ser o motor econômico da região.

O setor de serviços também apresentou um crescimento robusto (de R\$344 milhões para R\$491 milhões). Esse crescimento acompanha a urbanização (vista na análise demográfica) e a necessidade de serviços de apoio à população e à indústria (comércio, transporte, saúde, educação, etc.). São Miguel do Oeste também se destaca nos serviços (R\$104 milhões em 2021), confirmando seu papel como centro regional de comércio e serviços.

A trajetória econômica da região entre 2002 e 2021 é de modernização e diversificação. O PIB total e o PIB Per Capita cresceram substancialmente, o que sugere um aumento do padrão de vida e na capacidade produtiva da região. A indústria tornou-se o principal motor econômico do conjunto de municípios em 2021, superando a agropecuária e os serviços em valor. Apesar disso, pode ser observado também uma certa polarização, tendo em vista que municípios como São Miguel do Oeste, Mondaí e Itapiranga se consolidaram como os principais polos econômicos, concentrando a maior parte da produção industrial e dos serviços.

Tabela 6 - Comparativo com o Estado de Santa Catarina e Mesorregião do Oeste

	São Miguel do Oeste	Santa Catarina	Mesorregião Oeste SC
PIB 2002 (mil)	2.367.507	103.501.747	20.253.943
Agropecuária	608.841,37	9.222.807,70	4.037.946,80
Indústria	436.104,32	28.038.724,97	4.651.241,77
Serviços	344.333,74	11.924.488,57	2.442.674,38
PIB 2010 (mil)	3.149.040	153.726.007	27.541.697
Agropecuária	557.494,00	8.942.401,73	3.690.325,54
Indústria	660.079,00	42.611.872,27	6.987.678,16
Serviços	454.863,00	16.829.600,64	3.223.664,37
PIB 2021 (mil)	4.105.649	203.054.789	33.939.742
Agropecuária	800.625,38	11.102.575,32	4.339.435,03
Indústria	904.937,67	45.209.689,24	8.815.569,77
Serviços	491.799,22	19.952.672,81	3.600.515,45

Nota: Os valores setoriais não somam o total do PIB, pois o PIB total inclui impostos e outros componentes não desagregados nos setores. Entretanto, a comparação da tendência é válida.

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A participação da MR-SMO no PIB mesorregional se manteve estável e em patamares elevados ao longo das duas décadas, conforme Tabela 6. Em 2002, a MR-SMO representava aproximadamente 11,7% do PIB mesorregional, um percentual que se consolidou em 11,4% em 2010 e alcançou 12,1% em 2021. Essa consistência, com um ligeiro incremento de 0,4 ponto percentual ao longo do período sugere que o ritmo de crescimento da Microrregião, em termos de geração de riqueza, superou a média da Mesorregião, reforçando sua centralidade econômica.

Em contrapartida, em relação ao Estado de Santa Catarina (SC), a contribuição da MR-SMO, embora pequena, manifesta estabilidade. A participação oscilou entre 2,29% em 2002 e 2,02% em 2021. A manutenção desse patamar percentual mostra que a Microrregião acompanhou as tendências macroeconômicas estaduais, sem grandes rupturas na sua taxa relativa de crescimento.

No PIB da agropecuária, a MR-SMO demonstrou um ganho expressivo de representatividade. Após se manter estável em torno de 15,1% da produção agropecuária mesorregional em 2002 e 2010, essa participação saltou para 18,4% em 2021. Este aumento de 3,3 pontos percentuais na última década é um forte indicador da intensificação da especialização produtiva e da eficiência ou da expansão territorial da base agropecuária da Microrregião em relação à Mesorregião.

Similarmente, o PIB da Indústria da MR-SMO também exibiu uma tendência de crescimento relativo. A participação, que era de 9,4% nos anos de 2002 e 2010, expandiu-se

para 10,3% em 2021. Considerando a forte integração entre agropecuária e indústria de transformação na região (agroindústria), este crescimento é correlato e sugere um aumento na capacidade de processamento e verticalização das cadeias produtivas locais.

O PIB de serviços da Microrregião, que reflete sua função de polo regional, manteve uma fatia substancial, mas apresentou uma ligeira diminuição. A participação nos serviços mesorregionais, estável em 14,1% em 2002 e 2010, recuou para 13,7% em 2021. Apesar da pequena queda, a Microrregião continua a concentrar uma parte significativa dos serviços da Mesorregião, confirmando seu papel como centro de comércio, administração e suporte logístico.

A estrutura econômica regional permanece, portanto, caracterizada por uma vocação agroindustrial consolidada, com destaque para a produção de alimentos, carnes e derivados, setores que garantem emprego e renda e sustentam o desempenho da região ao longo das décadas. Essa característica reforça o papel da microrregião como núcleo de produção primária e transformação agroindustrial, contribuindo para o abastecimento e exportação de produtos catarinenses. Por outro lado, a menor representatividade dos serviços indica limitações na diversificação econômica e na incorporação de atividades de maior valor agregado, o que pode restringir o potencial de crescimento no longo prazo.

De modo geral, a análise do período de 2002 a 2021 mostra que a microrregião de São Miguel do Oeste mantém uma estabilidade na sua posição relativa na economia catarinense, apresentando crescimento contínuo e equilibrado, sustentado por uma base produtiva sólida e fortemente integrada ao setor agroindustrial. Embora não tenha ampliado a sua participação no PIB estadual, a sua trajetória revela um padrão de desenvolvimento em linha com o perfil regional do Oeste de Santa Catarina, caracterizado por economias locais com forte inserção produtiva, elevado grau de especialização agrícola e industrial, e menor dinamismo no setor terciário. Assim, a microrregião segue desempenhando papel relevante na estrutura econômica regional, contribuindo para a coesão produtiva e a estabilidade do Oeste catarinense.

5.1. Evolução do Emprego

A análise da evolução do emprego na microrregião de São Miguel do Oeste revela uma tendência preocupante de redução da população ocupada ao longo das últimas duas décadas. Embora a população total tenha se mantido relativamente estável entre 2000 e 2022, com crescimento moderado em alguns municípios e retração em outros, a população ocupada

apresentou queda expressiva e generalizada, refletindo transformações estruturais no mercado de trabalho regional.

Tabela 7 - Evolução da população total e ocupada na microrregião de São Miguel do Oeste (2000–2022)

Ano	População Total	População Ocupada
2000	171160	139361
2010	174732	107076
2022	185175	102468

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Em 2000, a microrregião contava com uma população total de aproximadamente 171 mil habitantes, dos quais cerca de 139 mil estavam ocupados. Já em 2010, apesar de um leve aumento da população total para 174,7 mil habitantes, o número de ocupados caiu para 107 mil, representando uma redução de quase 23%. Em 2022, essa tendência manteve-se, com a população total atingindo 185,1 mil habitantes, mas com apenas 102 mil pessoas ocupadas, o que indica uma queda acumulada de mais de 25% no nível de ocupação desde 2000.

Essa trajetória descendente pode ser explicada por um conjunto de fatores interligados. Primeiramente, observa-se o processo de mecanização e modernização das atividades agropecuárias, que, embora tenha aumentado a produtividade, reduziu significativamente a necessidade de mão de obra, especialmente nas pequenas propriedades rurais, predominantes na região. Como a economia local é fortemente baseada na agropecuária e em pequenas agroindústrias, essa transição tecnológica provocou uma substituição de trabalho humano por capital, reduzindo o número de postos disponíveis.

Outro fator relevante é a migração de jovens para centros urbanos maiores, em busca de oportunidades educacionais e ocupacionais mais diversificadas. Municípios como Anchieta, Barra Bonita e Santa Helena apresentaram quedas acentuadas tanto na população total quanto na ocupada, refletindo o fenômeno da evasão populacional típica de áreas rurais com baixo dinamismo econômico. Em paralelo, mesmo cidades com maior peso econômico regional, como São Miguel do Oeste, Itapiranga e Dionísio Cerqueira, não escaparam à tendência de queda na ocupação, embora apresentem maior capacidade de retenção populacional devido à presença de serviços, comércio e indústrias de pequeno porte.

Adicionalmente, a retração do emprego formal e a precarização das relações de trabalho após 2015 também contribuíram para a redução da população considerada ocupada nos censos. Parte dos trabalhadores migrou para o setor informal, o que pode não estar

integralmente refletido dentro das estatísticas de ocupação. A redução da população economicamente ativa em idade produtiva, associada ao envelhecimento demográfico, intensifica ainda mais essa dinâmica.

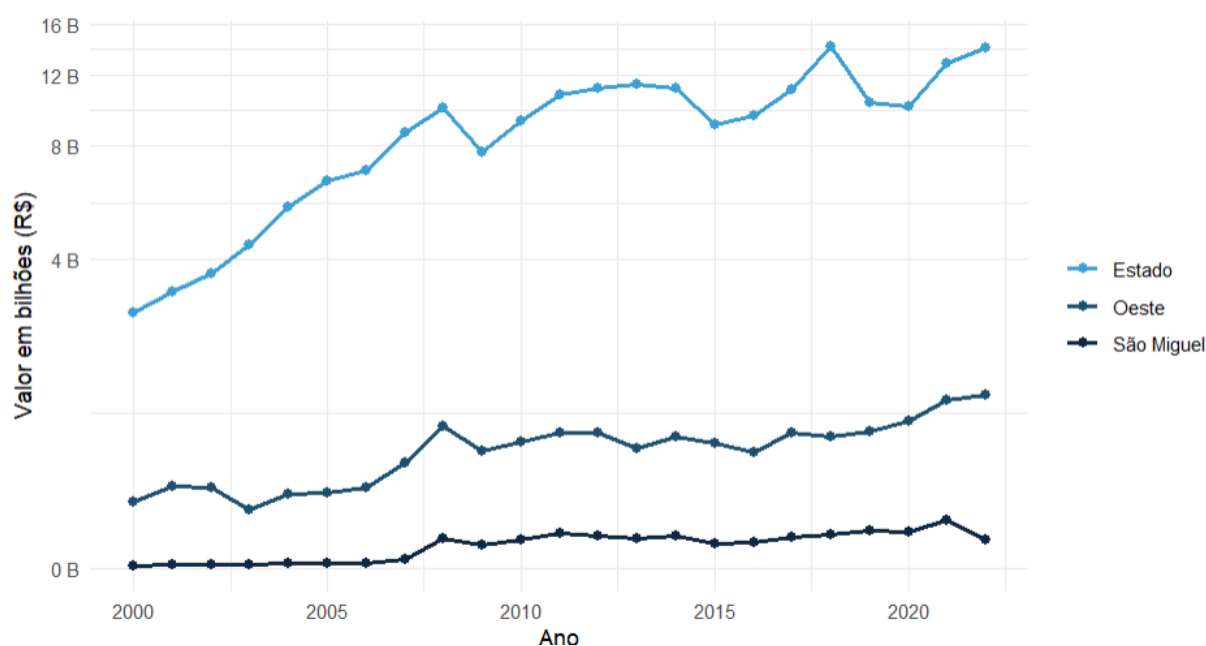
Por fim, deve-se considerar que a concentração econômica e a centralização de serviços em polos urbanos maiores, como Chapecó e cidades do Paraná próximas à fronteira, podem ter gerado efeitos de atração de mão de obra e esvaziamento de pequenos municípios do oeste catarinense.

Em síntese, a microrregião de São Miguel do Oeste passou por um processo de desaquecimento do mercado de trabalho nas últimas duas décadas, resultado de transformações estruturais ligadas à modernização produtiva, migração seletiva, mudanças demográficas e perda de dinamismo das economias locais. Esses fatores combinados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à diversificação econômica, estímulo ao empreendedorismo local e fortalecimento das cadeias produtivas regionais, a fim de conter o esvaziamento populacional e reverter a tendência de queda na ocupação.

5.2. Evolução das Exportações

A dinâmica do comércio exterior da microrregião de São Miguel do Oeste, quando comparada ao desempenho da mesorregião do Oeste Catarinense e ao Estado de Santa Catarina, revela um processo de crescimento expressivo ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, embora com oscilações significativas em alguns períodos. Os dados de exportações e importações entre 2000 e 2022 mostram uma trajetória de expansão consistente até o final da década de 2000, seguida por um comportamento mais volátil nos anos seguintes, refletindo tanto transformações estruturais da economia regional quanto choques macroeconômicos nacionais e internacionais.

Gráfico 1 - Volume de Exportações por região (2000-2022)



Fonte: IPEADData. Elaboração própria, utilizando software R.

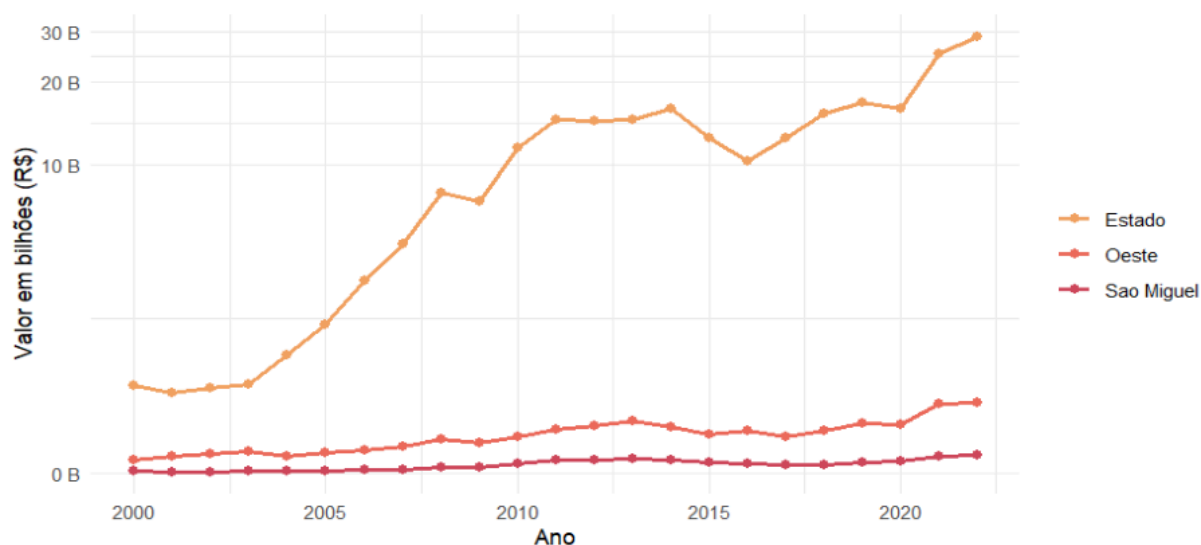
No caso das exportações (conforme gráfico 1), a microrregião de São Miguel do Oeste registrou um salto de aproximadamente R\$15,4 milhões em 2000 para R\$156,6 milhões em 2022, o que representa um crescimento nominal superior a 900%. Essa trajetória é semelhante à observada na mesorregião do Oeste Catarinense, cujas exportações passaram de R\$411 milhões em 2000 para R\$1,46 bilhão em 2022, e ao Estado de Santa Catarina, que ampliou suas vendas externas de R\$2,78 bilhões para R\$13,97 bilhões no mesmo período. Embora a microrregião represente uma pequena fração do total estadual, seu crescimento acompanha o ritmo das demais escalas territoriais, indicando uma inserção gradual, mas contínua, nas cadeias de exportação.

Entre 2007 e 2008, observa-se um salto abrupto nas exportações da microrregião, de R\$45 milhões para R\$171 milhões, associado à forte expansão das agroindústrias locais, especialmente nos setores de carnes e derivados, produtos de base da pauta exportadora regional. Esse período coincide com a consolidação do Oeste Catarinense como polo agroindustrial exportador, impulsionado pela valorização das commodities e pelo aumento da demanda externa, sobretudo asiática. No entanto, a crise financeira internacional de 2008 provocou uma queda generalizada nas exportações em 2009, visível tanto na microrregião quanto no Estado. Nos anos seguintes, o crescimento foi retomado, mas de forma mais irregular, refletindo o impacto das oscilações cambiais e da desaceleração econômica nacional entre 2014 e 2016.

A partir de 2017, nota-se uma recuperação sustentada, atingindo um pico em 2021, quando São Miguel do Oeste exportou R\$285,9 milhões, acompanhando o desempenho recorde do Estado de Santa Catarina, que superou R\$12,8 bilhões em exportações. Esse aumento recente está relacionado à retomada da produção agroindustrial pós-pandemia e à desvalorização cambial, que elevou a competitividade externa dos produtos regionais. Contudo, em 2022, as exportações microrregionais recuaram para R\$156,6 milhões, sinalizando possível ajuste nos volumes embarcados ou reorientação dos mercados de destino.

5.3. Evolução das Importações

Gráfico 2 - Volume de Importações por região (2000-2022)



Fonte: IPEADData. Elaboração própria, utilizando software R.

Em relação às importações, a microrregião também apresentou tendência de crescimento de longo prazo, ainda que em menor escala. Os valores passaram de R\$11,4 milhões em 2000 para R\$150,6 milhões em 2022, crescimento nominal de mais de 1.200%. O comportamento é semelhante ao observado na mesorregião do Oeste Catarinense (de R\$109 milhões para R\$724 milhões) e no Estado de Santa Catarina (de R\$969 milhões para R\$28,8 bilhões). O aumento das importações acompanha a expansão das atividades industriais e de serviços ligados ao agronegócio, refletindo a maior demanda por insumos, máquinas e equipamentos utilizados na modernização produtiva.

Contudo, enquanto o Estado de Santa Catarina exhibe uma balança comercial estruturalmente superavitária, a microrregião de São Miguel do Oeste apresenta períodos de equilíbrio e até de leve déficit, especialmente entre 2011 e 2016, quando as importações cresceram em ritmo superior ao das exportações. Esse comportamento indica uma dependência significativa de bens intermediários e de capital oriundos de outras regiões e países, reforçando a natureza complementar de sua inserção produtiva.

De forma geral, os resultados evidenciam que a microrregião de São Miguel do Oeste segue o padrão de inserção externa do Oeste Catarinense, com forte especialização em produtos agroindustriais e sensibilidade a ciclos externos. Apesar de seu porte reduzido, a região mantém crescimento consistente nas trocas comerciais, beneficiando-se da integração com a cadeia produtiva estadual e da proximidade com o Mercosul, que facilita operações logísticas e comerciais.

6. Contexto Social

6.1. Análise dos Indicadores Sociais da Microrregião de São Miguel do Oeste

A microrregião de São Miguel do Oeste apresenta um quadro socioeconômico que combina bons indicadores médios de desenvolvimento com contrastes relevantes entre seus municípios.

No campo educacional, os dados revelam uma taxa média de escolarização de 99,51% entre as crianças de 6 a 14 anos (IBGE, Censo 2022; ver Tabela A1, Apêndice), um índice próximo da universalização do ensino fundamental. Esse resultado é frequentemente interpretado como sinal inequívoco de sucesso das políticas públicas de educação básica; contudo, tal leitura requer cautela. A alta taxa de escolarização não necessariamente reflete a qualidade do ensino, tampouco assegura continuidade escolar em níveis mais avançados. Em regiões interioranas, é comum que o ensino médio e superior enfrentem restrições de acesso e dispersão institucional, o que tende a limitar a formação técnica e acadêmica da população jovem. Assim, embora a microrregião demonstre uma cobertura educacional alta, o desafio passa a ser a manutenção da trajetória educacional e a qualificação efetiva da força de trabalho.

Em termos econômicos, o PIB per capita médio de R\$43.597,08 (IBGE Censo, 2022) sinaliza um desempenho relativamente elevado quando comparado a regiões do interior catarinense. No entanto, a amplitude dos valores entre os municípios expõe uma estrutura

fortemente desigual. Enquanto Mondaí e Itapiranga apresentam níveis de renda per capita que superam os R\$60 mil e R\$90 mil, respectivamente, Belmonte e Romelândia não atingem sequer R\$25 mil (ver Tabela A1, Apêndice). Essa diferença, superior a 300% entre extremos, evidencia uma concentração de dinamismo econômico em poucos polos, provavelmente associada à agroindústria e ao setor de serviços concentrados próximos ao eixo urbano central. A heterogeneidade produtiva sugere que parte significativa dos municípios menores ainda depende de atividades agropecuárias tradicionais e de baixa produtividade, o que limita a geração de renda e a diversificação das oportunidades locais.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), a média regional de 0,727 (IBGE Censo, 2010) insere a microrregião no patamar de “alto desenvolvimento humano”, conforme a classificação do PNUD. Ainda assim, as diferenças internas são expressivas: São Miguel do Oeste alcança 0,801, nível comparável a grandes centros urbanos do estado, enquanto Bandeirante (0,672) e Romelândia (0,692) situam-se em faixas significativamente inferiores (ver Tabela A1, Apêndice). Essa disparidade indica que o desenvolvimento humano não é um fenômeno homogêneo, mas condicionado à presença de infraestrutura urbana, serviços públicos diversificados e concentração de atividades econômicas. A coexistência de municípios com alto e baixo IDH dentro da mesma microrregião aponta para um processo de desenvolvimento assimétrico, em que o crescimento econômico e social se territorializa de forma desigual.

A análise da distribuição de renda, medida pelo coeficiente de Gini (média de 0,4458), reforça essa leitura. Embora a desigualdade média regional seja semelhante à do estado, sua variação entre os municípios é preocupante. Santa Helena (0,3885) e Mondaí (0,4007) apresentam estruturas distributivas mais equilibradas, ao passo que Palma Sola (0,5048), Paraíso (0,5077) e o próprio São Miguel do Oeste (0,5043) revelam padrões de concentração de renda elevados (ver Tabela A1, Apêndice). Essa concentração nas áreas de maior dinamismo econômico sugere que o crescimento regional recente pode estar acompanhado de exclusão relativa, beneficiando segmentos específicos sem reduzir as disparidades sociais. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico local não tem se traduzido, de forma uniforme, em melhoria das condições de vida para todos os grupos sociais.

Portanto, embora os indicadores médios da microrregião de São Miguel do Oeste transmitam uma imagem de prosperidade e coesão social, uma análise mais atenta revela contradições estruturais. O quadro geral combina elevados índices educacionais e bons níveis de desenvolvimento humano com desigualdades internas significativas e uma dependência

produtiva ainda centrada em poucos setores. A concentração econômica e populacional em São Miguel do Oeste reforça sua posição como polo regional, mas também acentua a vulnerabilidade dos municípios menores, frequentemente limitados em termos de arrecadação, diversificação produtiva e acesso a serviços públicos de maior complexidade.

6.2. Análise dos Indicadores de Saúde da Microrregião de São Miguel do Oeste

A microrregião de São Miguel do Oeste apresenta um conjunto de indicadores de saúde que, à primeira vista, sugerem um sistema de atenção bem estruturado e de ampla cobertura. A totalidade dos municípios registra 100% de cobertura da atenção básica, o que, em termos formais, indica a presença de equipes do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território. No entanto, uma leitura crítica desses dados revela contradições significativas entre o alcance nominal dos serviços e a efetiva capacidade de atendimento da população.

A despeito da cobertura total declarada, diversos municípios não possuem leitos hospitalares disponíveis, como Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Paraíso, Princesa, Riqueza, Romelândia e Santa Helena (ver Tabela A2, Apêndice). Essa ausência absoluta de leitos em quase metade dos municípios da microrregião demonstra uma fragilidade estrutural profunda: a atenção básica cobre o território administrativamente, mas o acesso a serviços de média e alta complexidade depende da centralização hospitalar em poucos centros, especialmente São Miguel do Oeste, Mondaí e Guarujá do Sul. Tal configuração impõe barreiras geográficas e logísticas à população, sobretudo em situações de urgência ou internação prolongada, refletindo um sistema de saúde altamente concentrado e vulnerável.

O indicador de leitos por 100 mil habitantes, com média regional de 177,6, reforça esse diagnóstico. Embora alguns municípios apresentem números expressivos, como Tunápolis (610,3) e Palma Sola (407,6) (ver Tabela A2, Apêndice), a média é puxada para cima por poucos casos isolados, mascarando a precariedade generalizada nos demais. Em um cenário ideal de equidade territorial, seria esperada uma distribuição mais homogênea, condizente com a universalidade do SUS. Aqui, porém, a universalidade aparece apenas no discurso administrativo da cobertura básica, não na oferta efetiva de infraestrutura hospitalar.

Quanto à disponibilidade de médicos, a microrregião apresenta média de 2,97 profissionais por mil habitantes que é um valor razoável, mas que esconde disparidades importantes. Guarujá do Sul e São João do Oeste, por exemplo, possuem índices de 6,42 e 5,08 médicos por mil habitantes, respectivamente, enquanto municípios como Barra Bonita

(1,2) e Riqueza (1,47) revelam escassez preocupante (ver Tabela A2, Apêndice). Essa assimetria sugere que, embora a presença de equipes básicas esteja assegurada em todos os municípios, a qualificação e a densidade de profissionais especializados variam substancialmente, o que compromete a resolutividade dos serviços locais.

No campo da prevenção e imunização, a média vacinal regional de 93,96% é satisfatória, mas também apresenta variações que merecem atenção. Municípios como Princesa (81%) e Santa Helena (83,6%) estão significativamente abaixo do ideal (ver Tabela A2, Apêndice), indicando falhas na adesão ou na execução das campanhas de vacinação. Em regiões rurais e de difícil acesso, essa lacuna pode estar associada à escassez de agentes comunitários ou à descontinuidade logística dos programas de saúde preventiva.

O indicador de mortalidade geral, representado pelo número de óbitos por 100 mil habitantes, reforça o quadro de desigualdade territorial. Com média regional de 785, a taxa varia amplamente entre os municípios, atingindo valores superiores a 900 em Palma Sola, Descanso e Paraíso (ver Tabela A2, Apêndice). Essa elevação pode refletir tanto fatores demográficos (populações envelhecidas) quanto deficiências no acesso rápido a atendimentos de urgência, resultantes justamente da carência de leitos e da centralização hospitalar. Em contrapartida, São Miguel do Oeste, apesar de possuir maior estrutura médica e hospitalar, registra também número considerável de óbitos (591/100 mil) (ver Tabela A2, Apêndice), o que pode estar relacionado à função de polo regional, recebendo pacientes de municípios vizinhos em estado mais grave.

A análise das vítimas de homicídio (11 no total da microrregião) sugere baixos índices de violência letal, coerentes com o perfil interiorano da região (ver Tabela A2, Apêndice). Ainda assim, os casos registrados em municípios menores, como Descanso e Dionísio Cerqueira, indicam pontos localizados de vulnerabilidade social, frequentemente associados à fronteira e à circulação de pessoas e mercadorias, fatores que demandam atenção das políticas públicas de segurança e saúde mental.

A microrregião de São Miguel do Oeste apresenta um sistema de saúde ambíguo, no qual a universalização formal dos serviços convive com desigualdades estruturais na oferta e na capacidade de resposta. A cobertura da atenção básica de 100% representa um avanço institucional importante, mas não garante a integralidade do cuidado nem o acesso equitativo a serviços mais complexos. Em muitos municípios, a presença do SUS se restringe à atenção primária, sem suporte hospitalar, diagnóstico avançado ou atendimento emergencial adequado.

Portanto, a análise crítica dos indicadores de saúde revela que a efetividade do sistema regional depende menos da abrangência declarada e mais da qualidade e distribuição dos recursos. A carência de leitos e a desigualdade na alocação de profissionais sugerem que a microrregião ainda enfrenta desafios típicos de regiões periféricas em termos de gestão de saúde pública: centralização dos serviços, desigualdade territorial e limitações de infraestrutura. Tais problemas evidenciam que a equidade sanitária, princípio fundante do SUS, ainda não se concretiza plenamente na escala microrregional, exigindo planejamento integrado e investimentos direcionados para reduzir as assimetrias observadas.

6.3. Análise dos Indicadores de Saneamento Básico da Microrregião de São Miguel do Oeste

Tabela 8 - Saneamento básico na microrregião de São Miguel do Oeste (2020)

Serviço	Média da Microrregião
Esgoto Coletado	5,97%
Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos	88,73%
Canalização de Água	97,32%

Fonte: SNIS. Elaboração própria.

Os indicadores de saneamento básico da microrregião de São Miguel do Oeste revelam um quadro estruturalmente desigual e ainda distante dos parâmetros ideais de universalização dos serviços públicos essenciais. Embora a média regional de canalização de água seja elevada (97,32%), sugerindo uma ampla cobertura formal de acesso, uma análise mais atenta mostra que boa parte desse abastecimento, sobretudo nas áreas rurais, se dá por meio de poços artesianos de uso próprio, segundo dados do IBGE. Esse tipo de solução descentralizada, ainda que garanta o fornecimento domiciliar, não representa necessariamente o acesso à água tratada, e tampouco assegura a qualidade sanitária adequada ao consumo humano. Tal realidade evidencia uma infraestrutura autônoma e fragmentada, sustentada pela iniciativa privada das famílias rurais e não por uma política pública de saneamento universalizada.

Por outro lado, o esgotamento sanitário apresenta uma das situações mais preocupantes da microrregião. A média regional é de apenas 5,97%, evidenciando uma lacuna estrutural grave. Com exceção de Dionísio Cerqueira (82,13%) e Itapiranga (37,30%) (ver Tabela A3, Apêndice), praticamente todos os demais municípios da microrregião registram ausência total de redes de esgotamento sanitário. Essa discrepância revela uma concentração dos investimentos em infraestrutura sanitária em poucos centros urbanos,

enquanto a maior parte do território permanece dependente de soluções individuais, como fossas sépticas ou descarte inadequado, com sérias consequências ambientais e de saúde pública.

A ausência de sistemas de esgoto em municípios como Anchieta, Bandeirante, Mondaí, Palma Sola, Paraíso e Romelândia, entre outros (ver Tabela A3, Apêndice), contrasta fortemente com os altos índices de cobertura da atenção básica em saúde (100%) observados anteriormente. Tal contradição sugere que, embora o sistema de saúde alcance formalmente toda a população, as condições ambientais que determinam a saúde coletiva permanecem precárias, evidenciando uma desconexão entre as políticas de atenção médica e as políticas estruturais de saneamento. Segundo Caio Cesar, Lucas Abdala e Stephani Kreski (2019), a falta de coleta e tratamento de esgoto é um fator diretamente associado à propagação de doenças infecciosas, contaminação de lençóis freáticos e degradação ambiental, o que impõe limites reais à efetividade das políticas públicas de saúde e à qualidade de vida.

A contradição é ainda mais evidente no caso de São Miguel do Oeste, município-sede e principal polo econômico, administrativo e populacional da microrregião. Apesar de apresentar os melhores indicadores de desenvolvimento humano (IDH de 0,801) e uma base econômica diversificada, o município enfrenta sérias deficiências em saneamento básico, especialmente no esgotamento sanitário. A carência de infraestrutura nessa área evidencia um desequilíbrio estrutural: enquanto o município concentra serviços públicos, comércio e equipamentos de saúde e educação de referência regional, não conseguiu consolidar um sistema de saneamento à altura de sua centralidade socioeconômica. Essa fragilidade urbana compromete não apenas as condições ambientais locais, mas também a sustentabilidade do crescimento regional, uma vez que São Miguel do Oeste serve como modelo e polo de influência para os demais municípios.

Por outro lado, o serviço de coleta de resíduos sólidos apresenta média regional mais satisfatória (88,73%), ainda que irregular entre os municípios. Enquanto localidades como Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Itapiranga, São José do Cedro e Tunápolis alcançam 100% de cobertura, outras, como Anchieta (6,66%), Bandeirante (0%) e Palma Sola (63,98%) (ver Tabela A3, Apêndice), mostram lacunas preocupantes. A inexistência ou baixa cobertura desse serviço em determinados municípios não apenas agrava os riscos ambientais, mas também compromete a imagem institucional de uma microrregião que, em outros indicadores sociais e de saúde, aparenta estar em nível de desenvolvimento humano

elevado. Esse descompasso reforça a dualidade estrutural do desenvolvimento regional, com bons índices de educação e renda coexistindo com carências básicas de saneamento.

Referente à canalização de água, o desempenho é positivo, com quase todos os municípios apresentando taxas acima de 95%. Destaques como São João do Oeste (99,03%), Tunápolis (99,10%) e São Miguel do Oeste (98,79%) (ver Tabela A3, Apêndice), refletem a consolidação do acesso à água tratada como um serviço universalizado. No entanto, a existência de abastecimento de água em contextos onde não há coleta de esgoto, como ocorre na maior parte dos municípios, evidencia uma infraestrutura incompleta, em que o fornecimento de água potável não é acompanhado por sistemas adequados de drenagem e tratamento. Essa assimetria indica que a política de saneamento na microrregião tem caráter fragmentado e setorial, priorizando o abastecimento de água em detrimento do esgotamento sanitário, o que limita os ganhos efetivos de saúde e sustentabilidade ambiental.

A análise geral dos indicadores mostra que o saneamento básico na microrregião de São Miguel do Oeste não acompanha o nível de desenvolvimento humano e econômico alcançado pelos municípios, refletindo uma falha de planejamento regional. A ausência de políticas integradas e de investimentos em infraestrutura sanitária revela que o crescimento econômico e os avanços sociais não têm sido acompanhados por melhorias equivalentes na dimensão ambiental e urbana. Assim, a microrregião ainda enfrenta um desafio estrutural central: transformar o desenvolvimento social e econômico em condições ambientais sustentáveis e universais de bem-estar.

7. As Assimetrias do Desenvolvimento: Gargalos Estruturais e a Crítica ao Planejamento na Microrregião de São Miguel do Oeste

O notável dinamismo econômico e social que caracteriza a Microrregião de São Miguel do Oeste (MR-SMO) não pode ser analisado sem um rigoroso exame de suas assimetrias internas e dos gargalos estruturais que hoje representam o maior entrave à transição para um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Essa microrregião, produto de uma colonização agrícola bem-sucedida e da subsequente agregação de valor via agroindústria, atingiu um patamar de desenvolvimento humano elevado, mas convive com contradições que denunciam falhas crônicas no planejamento regional.

O primeiro e mais alarmante gargalo reside na dimensão ambiental e urbana, especificamente no déficit crônico de esgotamento sanitário. É paradoxal que uma região

com indicadores econômicos e sociais comparáveis a nações desenvolvidas mantenha uma infraestrutura de saneamento em patamares precários. A análise revela que, enquanto a coleta e tratamento de resíduos sólidos se encontram em níveis satisfatórios, o esgotamento sanitário falha miseravelmente, especialmente fora dos poucos polos urbanos consolidados. O contraste entre municípios, como o elevado padrão de Dionísio Cerqueira e a ausência total de cobertura em localidades como Anchieta ou Bandeirante, é a prova cabal da desigualdade territorial no acesso a serviços básicos.

Essa lacuna sanitária não é apenas um problema de infraestrutura; é uma falha de planejamento regional que impacta diretamente na saúde pública e na sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento econômico e os avanços sociais alcançados se tornam insustentáveis quando a carga orgânica não tratada ameaça os recursos hídricos e compromete a qualidade de vida, revelando que a agenda de crescimento tem priorizado a produção em detrimento da reprodução social e ambiental.

Paralelamente, o modelo de polarização e consolidação regional, embora tenha gerado riqueza, exacerbou as disparidades intra-regionais. A concentração de investimentos, serviços e oportunidades nos principais polos cria um efeito centrífugo nas cidades menores, tornando-as dependentes e vulneráveis. O IDH nos centros mais dinâmicos coexiste com a persistência de desigualdades de renda e acesso, uma vez que o crescimento não se traduz em distribuição equitativa.

A MR-SMO se encontra em uma encruzilhada. Para que o seu desenvolvimento evolua de um modelo dinâmico, mas desequilibrado e assimétrico, para um modelo sustentável, é imperativo que o foco do planejamento se desloque da mera expansão econômica para a coesão territorial e a universalização de direitos. A superação do déficit de esgotamento sanitário e a redução das disparidades entre os municípios, por meio de um Plano Microrregional de Saneamento Integrado e políticas de investimento descentralizadas, são os passos cruciais para transformar o patamar de desenvolvimento alcançado em condições ambientais sustentáveis e universais de bem-estar social.

8. Conclusão

A análise integrada da Microrregião de São Miguel do Oeste (MR-SMO) revela uma trajetória de sucesso econômico notável, alicerçada na força da agroindústria e na resiliência de sua base social. Contudo, a síntese dos achados aponta para uma conclusão inequívoca: o modelo de desenvolvimento da microrregião, embora dinâmico, alcançou um ponto de

inflexão onde a continuidade do progresso está condicionada à superação de seus gargalos estruturais e assimetrias territoriais.

O avanço da MR-SMO, manifestado em altos indicadores de IDH e na consolidação de seu polo econômico, não conseguiu se traduzir em universalização de serviços básicos e sustentabilidade ambiental. O déficit crônico de esgotamento sanitário, exposto como uma falha crítica no planejamento regional, constitui a principal ameaça à saúde pública e à qualidade de vida futura. Esse problema não é um mero lapso infraestrutural; é a materialização de um modelo de crescimento que priorizou a acumulação produtiva em detrimento da dimensão ambiental e urbana, resultando em uma profunda desigualdade territorial no acesso à infraestrutura.

A polarização econômica e social, que concentra riqueza e oportunidades em poucos centros, exige uma resposta política que vise a coesão territorial. Não basta mais estimular o crescimento do polo; é crucial investir na descentralização e no fortalecimento das cidades menores, mitigando o êxodo populacional e garantindo que o desenvolvimento seja um processo inclusivo.

Em termos de políticas públicas, o caminho a seguir é claro: a próxima fase do desenvolvimento da MR-SMO deve ser guiada pela urgência do saneamento básico. A elaboração e implementação de um Plano Microrregional de Saneamento Integrado é a prioridade absoluta, exigindo coordenação intermunicipal e alocação de investimentos estratégicos.

A Microrregião de São Miguel do Oeste possui os recursos e a capacidade econômica para se projetar como um polo de excelência no Sul do Brasil. Contudo, essa projeção futura depende intrinsecamente da capacidade dos seus gestores e planejadores em transformar o crescimento assimétrico em desenvolvimento equitativo e sustentável, resolvendo as contradições ambientais e sociais que hoje se impõem como os principais limites ao seu progresso.

9. Referências Bibliográficas

BAVARESCO, Paulo Ricardo. *Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2005.

CAIO CESAR; ABDALA, Lucas; KRESKI, Stephani. *Água potável e saneamento*. Trabalho acadêmico – Disciplina Sustentabilidade 1S, Turma ADM-NB9, Prof. Dr. Arnaldo José de Hoyos Guevara. PUC-SP, 2019. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eventos/bisus/1-agua_potavel_saneamento.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.

CARAVELA. *Dados e estatísticas*. Disponível em: <https://www.caravela.info/>. Acesso em: 31 out. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). *Diagnóstico socioeconômico de São Miguel do Oeste*. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/diagnostico/S_MIGUEL_DO_OESTE.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

HANSEN, Jairo Jacó; HOENIG, Lucas Ricardo. *Desenvolvimento regional e dinâmicas socioespaciais no Extremo Oeste Catarinense*. *Entre-Lugar – Revista de Sociologia e Antropologia*, Dourados, v. 12, n. 24, p. 1–22, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/4491>. Acesso em: 31 out. 2025.

INFOSANBAS. *Início – Infosanbas*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo Demográfico 2022: Universo – Etnias e Línguas Indígenas: Principais características sociodemográficas*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-etnias-e-linguas-indigenas-caracteristicas-sociodemograficas>. Acesso em: 31 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017 (PNSB)*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnsb/pnsb-2017>. Acesso em: 31 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *São Miguel do Oeste – SC*. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/sao-miguel-do-oeste.html>. Acesso em: 31 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *IPEAData: base de dados macroeconômicos, regionais e sociais*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 31 out. 2025.

MATTEI, Lauro. *A dinâmica das ocupações rurais não-agrícolas em Santa Catarina nas décadas dos anos oitenta e noventa*. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da (org.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste*. v. 3. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. p. 49–79.

MAZIERO, C.; CAMPOS, J. R. da R.; GODOY, C. M. T. *Resgate bibliográfico da história de São Miguel do Oeste (SC)*. *Revista Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 12, 2021. DOI: 10.18224/baru.v7i1.7921. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/e7921>. Acesso em: 1 nov. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *TabNet: IBGE – Censo (GINIBR)*. DATASUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>. Acesso em: 31 out. 2025.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Lista de mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_de_Santa_Catarina. Acesso em: 31 out. 2025.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Mesorregião do Oeste Catarinense*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Oeste_Catarinense. Acesso em: 31 out. 2025.

10. Apêndices

Tabela A1 - Indicadores socioeconômicos dos 21 municípios da Microrregião de São Miguel do Oeste (2010–2022).

Município microrregião	TX escolarização 6-14 anos (%) - 2022	PIB percapita (2022)	IDH (2010)	Gini (2010)
Anchieta	100	37207,30	0,699	0,4369
Bandeirante	100	39039,04	0,672	0,4023

Barra Bonita	100	32170,94	0,701	0,4056
Belmonte	100	21255,57	0,705	0,4452
Descanso	100	36746,79	0,743	0,4345
Dionísio Cerqueira	98,38	40805,41	0,706	0,5290
Guaraciaba	100	45623,37	0,751	0,4653
Guarujá do Sul	99,39	38980,39	0,730	0,4021
Iporã do Oeste	100	41930,24	0,759	0,4347
Itapiranga	100	62122,97	0,775	0,4520
Mondaí	100	90503,33	0,748	0,4007
Palma Sola	96,5	45384,13	0,704	0,5048
Paraíso	100	43632,07	0,700	0,5077
Princesa	98,42	46068,84	0,706	0,4193
Riqueza	100	32929,64	0,714	0,4469
Romelândia	99,22	24284,48	0,692	0,4744
Santa Helena	100	47568,58	0,727	0,3885
São João do Oeste	100	54990,07	0,761	0,4051
São José do Cedro	98,28	41136,18	0,731	0,4820
São Miguel do Oeste	99,53	52711,62	0,801	0,5043
Tunápolis	100	40447,82	0,752	0,4113
Média microrregião	99,51	43597,08	0,727	0,4458

Fonte: IBGE; IPEADData; DATASUS. Elaboração própria.

Tabela A2 - Indicadores de saúde dos 21 municípios da Microrregião de São Miguel do Oeste (2010–2022).

Município microrregião	Leitos p/ cem mil hab	Médicos p/ mil hab	Média Vacinal (%)	Óbitos p/ cem mil hab	Vítimas de homicídio
Anchieta	0,0	2,52	99,1	673	1
Bandeirante	0,0	1,91	95,5	954	0
Barra Bonita	0,0	1,20	99,1	839	0
Belmonte	0,0	2,26	97	790	0
Descanso	281,4	3,17	92,4	903	2
Dionísio Cerqueira	253,2	2,40	85,1	720	3
Guaraciaba	277,9	3,15	94,9	667	0
Guarujá do Sul	393,5	6,42	98,4	828	0
Iporã do Oeste	289,2	3,96	92,3	675	0
Itapiranga	198,3	2,70	92,1	685	0
Mondaí	337,8	2,19	98,9	676	1
Palma Sola	407,6	3,29	97,2	934	1
Paraíso	0,0	2,58	97	914	0
Princesa	0,0	2,70	81	911	0
Riqueza	0,0	1,47	100	797	1
Romelândia	0,0	1,87	94,9	684	0
Santa Helena	0,0	2,06	83,6	784	0

São João do Oeste	317,7	5,08	95,7	969	0
São José do Cedro	155,3	3,39	86,7	720	1
São Miguel do Oeste	207,5	4,29	94,2	591	1
Tunápolis	610,3	3,86	98	773	0
média microrregião	177,6	2,97	93,96	785	11

Fonte: DATASUS. Elaboração própria.

Tabela A3 - Indicadores de saneamento básico dos 21 municípios da Microrregião de São Miguel do Oeste (2024).

Município microrregião	Esgoto coletado	Serviço de coleta Resíduos Sólidos	Canalização de água
Anchieta	0,00%	6,66%	98,02%
Bandeirante	0,00%	0,00%	96,99%
Barra Bonita	0,00%	100,00%	95,02%
Belmonte	0,00%	100,00%	98,22%
Descanso	0,00%	100,00%	93,96%
Dionísio Cerqueira	82,13%	100,00%	93,41%
Guaraciaba	0,00%	100,00%	98,05%
Guarujá do Sul	0,00%	100,00%	98,45%
Iporã do Oeste	0,00%	99,46%	98,45%
Itapiranga	37,30%	100,00%	98,27%
Mondai	0,00%	100,00%	97,47%
Palma Sola	0,00%	63,98%	97,44%
Paraíso	0,00%	100,00%	95,37%
Princesa	0,00%	93,55%	98,47%
Riqueza	0,00%	100,00%	97,41%
Romelândia	0,00%	100,00%	96,66%
Santa Helena	0,00%	100,00%	96,66%
São João do Oeste	0,00%	100,00%	99,03%
São José do Cedro	0,19%	100,00%	98,48%
São Miguel do Oeste	0,00%	99,74%	98,79%
Tunápolis	5,85%	100,00%	99,10%
Média microrregião	5,97%	88,73%	97,32%

Fonte: Infosanbas. Elaboração própria.